



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 17 de Janeiro de 2020

Salários, faculdade, gênero e raça

Naercio Menezes Filho

Há muito tempo é possível comparar os ganhos salariais dos alunos que fizeram faculdade com relação aos que deixaram a escola após o final de ensino médio no Brasil. Mas, não tínhamos como calcular esses diferenciais separadamente para os alunos da rede pública e privada.

Agora isso já é possível, pois os novos questionários da Pnad Contínua do IBGE perguntam que tipo de escola as pessoas cursaram no ensino médio e no superior. Com esses dados, podemos responder questões interessantes. Por exemplo, qual a diferença salarial entre os alunos que cursaram universidades públicas e privadas? Existe diferença salarial entre brancos e negros que frequentaram o mesmo tipo de escola no ensino médio e também o mesmo tipo de faculdade? E entre os homens e as mulheres? Fazer ensino médio num colégio privado aumenta em quanto as chances de ingresso numa universidade pública? Vamos aos dados.

As diferenças de salário parecem estar mais associadas à sua raça e gênero do que aos tipos de faculdades cursadas

Antes disso, é importante deixar claro que não estamos descrevendo aqui uma relação de causalidade entre estudar numa faculdade pública, por exemplo, e os salários dos diferentes grupos demográficos,

uma vez que as pessoas acumulam diferentes níveis de capital humano ao longo da sua vida, que são importantes para seu desempenho futuro e que podem ser correlacionadas com o tipo de escola que frequentam. Além disso, a qualidade das escolas públicas e privadas varia muito e as pessoas escolhem cursos diferentes no ensino superior. Dito isso, é interessante entender como se comportam os diferenciais salariais entre pessoas diferentes que cursaram faculdades diferentes.

Para fazer essa análise, juntamos os dados de 2016, 2017 e 2018 e separamos somente as pessoas com entre 25 e 39 anos de idade que moram em regiões metropolitanas, para trabalhar com uma amostra mais homogênea. O primeiro resultado interessante é que quem cursou ensino médio em uma escola privada ganha 126% a mais do que quem cursou uma escola pública, independentemente das suas escolhas futuras. E quem cursou uma faculdade pública ganha 11% a mais do que quem frequentou uma faculdade privada. O diferencial de cursar uma universidade pública com relação a parar de estudar no ensino médio para quem estudou em uma escola pública é de 150% e para quem estudou em uma escola privada é de 186%.

Um dos resultados mais interessantes é que a diferença salarial

entre pessoas de raça e gênero diferentes tende a ser bem maior do que a diferença entre ter cursado uma faculdade pública ou privada para pessoas da mesma raça e gênero. A figura ao lado, por exemplo, compara o salário médio entre pessoas que cursaram tanto o ensino médio como o ensino superior em instituições públicas.

Enquanto os homens brancos desse grupo ganham cerca de R\$ 5.400 por mês, os homens negros ganham R\$ 3.800, as mulheres brancas têm salário médio de R\$ 4.200, enquanto as mulheres negras ganhavam R\$ 2.600. Ou seja, os homens brancos ganham mais que o dobro do que as mulheres negras que frequentaram o mesmo tipo de escola e faculdade (não necessariamente com a mesma qualidade). E os negros que frequentam universidade pública tendem a ser mais positivamente selecionados do que os demais grupos, pois tiveram que vencer mais dificuldades ao longo da vida.

Entre os que cursaram faculdades privadas e estão entre os 10% com maior remuneração no seu grupo demográfico, a média salarial dos homens brancos é de R\$ 20.000, ao passo que entre os homens negros é de R\$ 11.500, as mulheres brancas ganham R\$ 12.900 e as mulheres negras com maior remuneração ganham R\$ 7.900. Esses dados indicam que parece haver uma dificuldade maior de acesso a





posições mais bem remuneradas entre as mulheres e negros. Entre os 10% com menor remuneração, as diferenças salariais são bem menores, com exceção das mulheres negras, que ganham bem menos do que os piores remunerados nos demais grupos.

Para analisarmos os diferenciais de acesso à faculdade, trabalhamos somente com os jovens de 20 anos de idade que ainda moram com seus pais, para podermos estratificar a amostra de acordo com a educação do responsável (embora percamos os jovens que já saíram de casa). Ao fazermos isso, descobrimos que somente 17% dos jovens homens brancos com pais menos educados que fizeram o ensino médio em escolas públicas está na faculdade, ao passo que entre os filhos de pais mais educados na mesma situação (escolas públicas), 88% já estão no ensino superior.

Entre os jovens brancos oriundos de escolas privadas com pais menos educados, 57% está na faculdade aos 20 anos, três vezes mais do que os que estudaram em escolas públicas. Isso se reflete no valor das mensalidades das escolas privadas, que depende da probabilidade de entrada em uma boa faculdade e do diferencial de salários que essa faculdade trará para seus alunos.

A taxa de ingresso no ensino superior é maior entre as mulheres do que entre os homens em todos

os grupos demográficos e tipo de escolas cursadas, menos entre as mulheres brancas com pais menos educados que cursaram o ensino médio em escolas privadas, que têm uma probabilidade 10 pontos percentuais menor de estar na faculdade do que os homens. Seria interessante entendermos melhor as razões para isso. Por fim, as diferenças nas probabilidades de ingresso no ensino superior entre os brancos e negros com pais menos educados é bem pequena, com exceção dos jovens negros que cursaram o ensino médio em escolas privadas.

Em suma, pequenas mudanças nos questionários das pesquisas domiciliares podem fornecer uma riqueza de informações que nos ajudam a entender melhor a nossa sociedade e desenhar políticas públicas para igualar oportunidades. A principal mensagem dessa análise exploratória dos novos dados é que as diferenças de salário entre as pessoas parecem estar mais associadas à sua raça e gênero do que aos tipos de faculdades cursadas no ensino superior, pelo menos entre os que completaram o ensino médio.

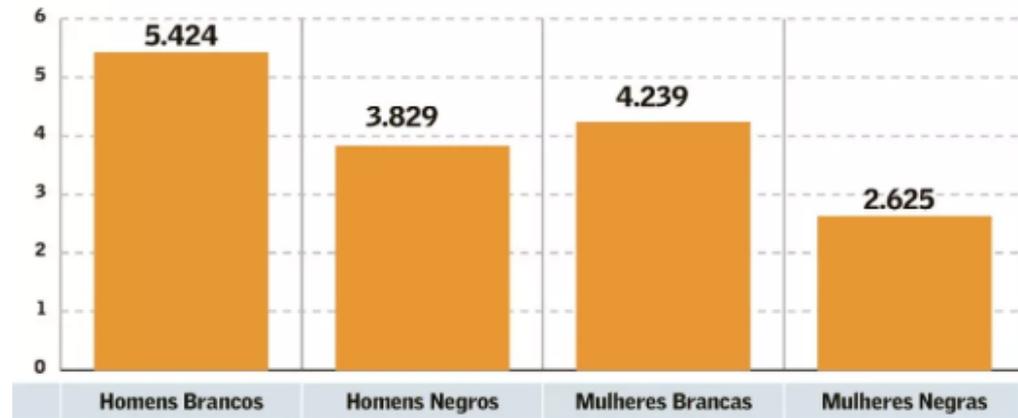
Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras: naercioamf@insper.edu.br.





Salários dos Formados

Em escolas e faculdades públicas - em R\$



Fonte: Pnad Continua/IBGE

Weintraub, uma comédia

Nestes tempos em que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, escreve “impressionante” com C, o ator Maurício Machado divertiu a plateia do Teatro dos Quatro, quarta, na peça “Festa — A comédia”. É que Machado interpreta diversos personagens e, ao encarnar uma nova rica que acabou de ganhar na Mega da Virada, diz que contratou uma professora de português, pois comete alguns deslizes. Mas “nunca escreveu... impressionante com C”.

Piso de professores da rede básica é reajustado

Aumento anual é estabelecido por lei de 2008; novo valor, que foi corrigido em 12,84%, passa a ser de R\$ 2.888,24 neste ano

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o novo valor do piso dos salários de professores da rede pública. A portaria que definiu o salário-base dos professores, que passou para R\$ 2.888,24, foi publicada no fim do ano passado. Mas o titular da Educação, Abraham Weintraub, fez o anúncio ao lado do presidente Jair Bolsonaro na noite desta quinta-feira, durante a “live” presidencial. O aumento é de R\$ 330,50 em relação ao valor do ano passado.

Segundo o artigo 5º da lei que institui o piso salarial do magistério da educação básica da rede pública, em vigor desde 2009, o reajuste precisa ser feito anualmente pelo governo no mês de janeiro. O aumento deve ser calculado com base no “mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano”, segundo o artigo da lei 1.1738/2008.

De acordo com o MEC, o valor

mínimo por aluno é estabelecido tendo como bases as estimativas das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Durante a transmissão ao vivo semanal de Bolsonaro, o ministro Weintraub comemorou o aumento:

— O reajuste vem, presidente, da melhora que o senhor está proporcionando na economia. Como a economia está melhorando, aumentando a arrecadação, o Fundeb, que é o fundo que a gente manda para estados e municípios bancarem a educação fundamental básica, é fruto dessa melhora geral da economia.

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e tem vigência até 2020. Apesar disso, as negociações não avançaram no ano passado, e o MEC tem oferecido resistência à proposta da Câmara de aumentar em até 40% a complementação feita pela União.

Atualmente, a União financia 10% do fundo. A proposta do governo é que esse valor chegue a 15%.

PROTESTO

Professores universitários consideram o afastamento de cinco pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa uma “óbvia arbitrariedade” que “abala os processos de preservação e o estudo dos acervos de um dos principais centros de pesquisa do Brasil”.

PROTESTO 2

Os termos constam de uma carta subscrita por mais de 230 docentes de instituições como USP, Unicamp, UFRJ e Uerj contra os afastamentos, ocorridos na semana passada. A presidente da fundação, Leticia Dornelles, diz que a medida foi tomada para otimização administrativa.

MEC recebe e não usa mais de R\$ 1 bi recuperado na Lava Jato

Thiago Resende
Paulo Saldaña
BRASÍLIA

Apesar de o governo Jair Bolsonaro alardear o direcionamento dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato para a educação, o ministro Abraham Weintraub não usou o dinheiro destinado às ações de educação básica.

O fundo, de R\$ 2,6 bilhões, foi alvo de disputa e acabou tendo os recursos destinados à educação e à preservação ambiental, divididos entre sete ministérios.

Apesar de ter recebido a maior fatia, acima de R\$ 1 bilhão, Weintraub foi o único que não deu finalidade à verba —o ministro nem sequer empenhou o recurso.

O empenho é a primeira etapa da execução do orçamento público e garantiria que os recursos seriam de fato aplicados na educação básica, mesmo que futuramente.

A etapa, que compreende a educação infantil e os ensinos fundamental e médio, é apresentada pelo governo como prioridade.

Procurado, o MEC confirmou que o dinheiro não foi aplicado, mas defendeu que a verba ainda será usada.

O Ministério da Economia afirmou que os recursos parados acabaram inflando a contabilidade do governo. Isso reduziu, portanto, o rombo das contas públicas em 2019.

Mas o Orçamento de 2020 não prevê dinheiro do fundo, e, sem poder estourar o teto predeterminado, técnicos do governo agora discutem como evitar perder os recursos.

No MEC, o dinheiro foi destinado a ações para obras de escolas, sobretudo na educação infantil (creche e pré-escola), e custeio de matrículas, em duas ações orçamentárias executadas pelo

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O aporte desse dinheiro na educação foi comemorado pelo governo em várias ocasiões. Weintraub compartilhou, ainda em maio de 2019, mensagem do presidente Bolsonaro nas redes sociais em que ele falava da intenção de “destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobrás acordada com a Lava Jato ao Ministério da Educação”.

O dinheiro recuperado pela Lava Jato chegou aos ministérios em novembro, durante o embate envolvendo o comando do FNDE.

Para manter o controle de seu orçamento bilionário, Weintraub acabou demitindo no fim de 2019 o então presidente do fundo, Rodrigo Sergio Dias, que era uma indicação política.

A indefinição dentro do MEC para aplicar o recurso, porém, travou





sua execução.

O governo queria usá-lo para viabilizar um projeto de voucher para creches, no qual entregaria às famílias dinheiro para pagar creche particular.

No entanto, há entraves legais para o gasto de dinheiro público em instituições com fins lucrativos na educação infantil.

A consultoria jurídica do MEC tem procurado uma solução, mas relatos de integrantes do ministério indicam que essa opção —uma aposta da gestão Bolsonaro para ampliar o acesso— já não é mais certa dentro do governo.

O fundo foi abastecido por muitas pagas pela Petrobras em acordo firmado com o Departamento de Justiça dos EUA em busca de uma reparação por causa do esquema de corrupção desbaratado na estatal.

A distribuição do montante bilionário foi acertada entre PGR (Procuradoria-Geral da República), Congresso e representantes do governo Bolsonaro, após embate com procuradores de Curitiba.

A força-tarefa da Lava Jato no Paraná queria aplicar os recursos da Petrobras em uma fundação privada

que promoveria ações de combate à corrupção. A ideia, contudo, foi barrada no STF (Supremo Tribunal Federal).

Durante quase seis meses do ano passado, integrantes do governo participaram das negociações com a PGR e a cúpula do Congresso sobre como dividir a verba.

Chegou-se a consenso de que o dinheiro recuperado pela operação deveria expandir os investimentos em educação e na preservação da Amazônia Legal.

Além da pasta de Weintraub, os recursos foram para 1) o programa Criança Feliz (de atenção à primeira infância); 2) projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa; e para 3) a ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes.

Essas ações são comandadas, respectivamente, pelos Ministérios da Cidadania, da Ciência e Tecnologia e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na área ambiental, a verba irrigou o orçamento para regularização fundiária na Amazônia Legal (Ministério da Agricultura),

operações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal (Meio Ambiente) e combate a ilícitos na região (Defesa).

Todas as pastas usaram pelo menos parte dos recursos. Weintraub, por sua vez, não deu explicações sobre o dinheiro que deixou parado nos cofres públicos, com risco de expirar.

A situação é especialmente chamativa porque o MEC passou em 2019 por bloqueios de recursos que atingiram ações da educação básica, além do ensino superior e da pesquisa científica.

Há outro fator. As duas ações orçamentárias para as quais os recursos da Lava Jato foram destinadas (“Apoio à Manutenção da Educação Infantil” e “Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica”) tiveram o empenho de 97% dos recursos previstos, mas somente 6% foram gastos.

Esse percentual significa R\$ 129 milhões de um orçamento de R\$ 2 bilhões, sem contar as receitas do fundo da Lava Jato.

Weintraub espera usar o valor de R\$ 1 bilhão futuramente, o que demandaria alterações no





Orçamento de 2020.

Uma hipótese analisada pela equipe econômica é que o Congresso tenha de aprovar — mais uma vez — um crédito para o ministério.

No ano passado, o governo teve de pedir aos congressistas que o Orçamento fosse modificado para ampliar os gastos com educação e preservação ambiental sustentados pelo fundo da Lava Jato.

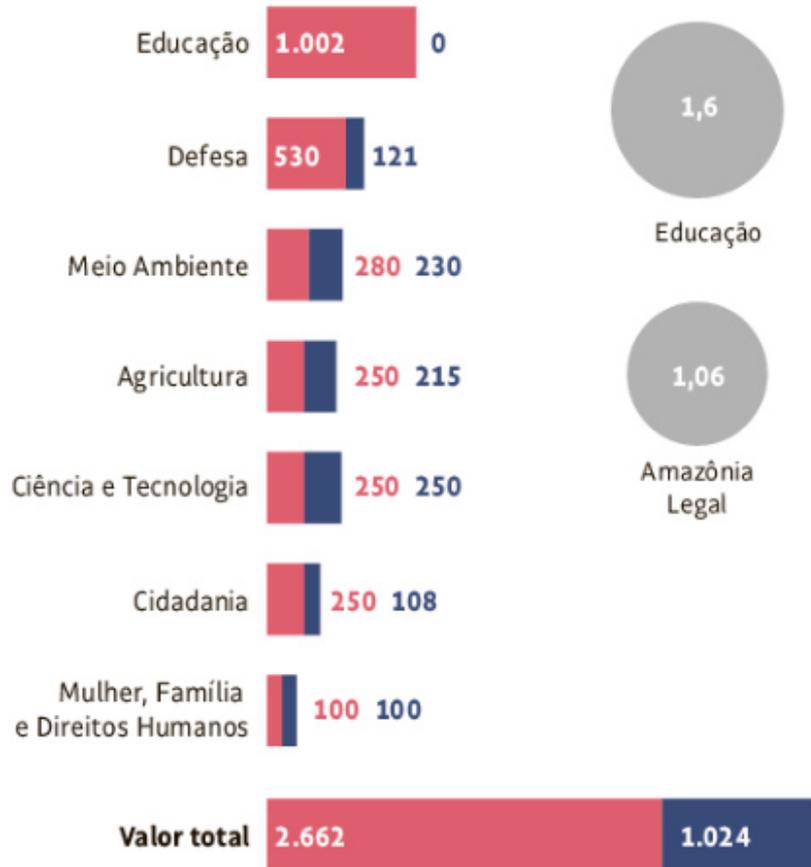
Isso pode ser feito novamente em 2020, mas o governo já está com dificuldades de contornar o teto de gastos (limite de crescimento das despesas pela inflação).

Diante dessa amarra, o governo precisa escolher onde gastar, pois o espaço é limitado — como neste ano todo o espaço sob o teto foi usado e não há margem para ampliar os gastos, o aumento de uma despesa significa necessariamente o corte de outra.

Dinheiro de fundo da Lava Jato para educação está parado

Em R\$ milhões

■ Verba do fundo
■ Valor empenhado



Acordo de distribuição do Fundo
Em R\$ bilhões



Educação



Amazônia Legal

Ações na área de educação

- Educação infantil (MEC)
- Programa Criança Feliz, de atenção à primeira infância (Cidadania)
- Projetos de empreendedorismo, inovação e bolsas de pesquisa (Ciência e Tecnologia)
- Unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes (Mulher, Família e Direitos Humanos)

Ações na área ambiental

- Regularização fundiária na Amazônia Legal (Agricultura)
- Controle do desmatamento (Meio Ambiente)
- Combate a ilícitos na região (Defesa)

Fonte: Ministério da Economia

Colapso anunciado

O governo federal deverá encaminhar ao Congresso uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a fim de alterar as regras de financiamento da educação básica no País por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Palácio do Planalto optou por enviar uma nova proposta porque o Ministério da Educação (MEC) discorda da minuta do relatório elaborado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO) para a PEC 15/2015, que torna o Fundeb um fundo permanente e prevê o aumento escalonado da contribuição da União dos atuais 10% para 40% em dez anos: 25% no quinto ano de vigência da PEC, 35% no nono ano e 40% a partir do décimo primeiro ano.

“A gente (o Poder Executivo) não concorda. A gente considera uma proposta que fere o equilíbrio fiscal. A proposta não é solvente no longo prazo e vamos buscar outra solução”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por ocasião da apresentação da minuta, em setembro do ano passado. O governo federal é favorável à manutenção do Fundeb, o que é reconfortante. Mas o MEC defende que o aumento da contribuição da União chegue, no máximo, a 15%. Segundo Weintraub, com este percentual estaria garantido o investimento mínimo de R\$ 4,3 mil por aluno/ano, considerado “adequado”.

O Poder Executivo pode discordar do teor de propostas que tramitam no Legislativo. Também está claro que, por mais necessária que seja a manutenção do Fundeb – o fundo corresponde a 63% dos recursos para o financiamento da educação básica –, não se pode perder de vista a higidez das contas públicas. No entanto, nada indica que este cuidado não tenha sido tomado pela deputada Dorinha Rezende, que relata a matéria desde a legislatura anterior e negociou seu relatório com profissionais da área de educação e lideranças no Congresso, nos Estados e nos municípios, bem como com técnicos da equipe econômica do governo. A minuta de seu relatório é, pois, expressão de um texto de consenso.

“É a partir do conhecimento acumulado e do diálogo plural estabelecido na Comissão Especial da PEC 15 que o Brasil poderá transformar o novo Fundeb em uma poderosa alavanca de equidade e qualidade, além de esteio da educação básica pública do País”, disse Priscila Cruz, presidente do Todos pela Educação. De fato, o Fundeb tem se mostrado o pilar do financiamento da educação básica nesses 14 anos de vigência, a despeito de muitas distorções. As atuais regras do Fundeb igualam situações que são inigualáveis, uma vez que a distribuição dos recursos hoje é feita por localidade, e não por redes de ensino. Assim, municípios pobres e ricos de um mesmo Estado recebem os mesmos valores, o que não só é injusto como ineficaz. Em boa hora, a PEC 15 trata da reformulação dos critérios de distribuição desses recursos, aprimorando o que até aqui tem sido uma boa ideia mal executada.

É temerária a ideia do Executivo de começar do zero a tramitação de um tema que já é objeto de debate no Congresso e na sociedade há três anos, sobretudo por se tratar de uma questão nada trivial, o financiamento da educação básica no País, e pela implacável pressão do tempo. Nada sugere que uma nova PEC proposta pelo Executivo será debatida e aprovada até o fim deste ano. O Fundeb, convém lembrar, será extinto no final de 2020 por decurso do prazo de vigência determinado pela Emenda Constitucional 53, que o instituiu em 2006 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ou seja, caso insista na ideia de propor uma nova PEC e não articular com o Poder Legislativo eventuais alterações na proposta para o Fundeb ora em tramitação, o governo federal estará, na prática, agendando o colapso da educação básica para o dia 1.º de janeiro de 2021. Todos sabemos o desastre que isso representa para milhões de crianças e jovens que contam com a educação pública para sonhar com um futuro melhor.